



Revista
Portuguesa de
História
Militar

Ano V - n.º 8
Junho 2025



Revista Portuguesa de História Militar

Dossier:
Restauração Portuguesa (1640-1668)



RESTAURAÇÃO PORTUGUESA
(1640-1668)



Revista Portuguesa de História Militar
Ano V - n.º 8

Editor:
Comissão Portuguesa de História Militar

Diretores:
Abílio Pires Lousada e Humberto Nuno de Oliveira

Conselho de Redação:
Carlos Borges da Fonseca – Secretário-geral da CPHM
Jorge Silva Rocha – Gabinete de Apoio da CPHM

Conselho Editorial:
João Vieira Borges – Presidente da CPHM
Abílio Pires Lousada – Diretor da Revista
Humberto Nuno de Oliveira – Diretor da Revista
Membros do Conselho Científico da CPHM

Capa: Jorge Silva Rocha
Imagem de capa: Batalha do Ameixial (Pormenor) - Sala das Batalhas do Palácio Fronteira (Lisboa) - Cortesia Fundação das Casas de Fronteira e Alorna

IMPRESSÃO
Rainho & Neves - Artes Gráficas

Junho de 2025

Depósito legal: 494794/22

ISSN: 2795-4323

Todos os direitos reservados

LINHAS DE ELVAS (1659): PROPAGANDA E MEMÓRIA

João Moreira Tavares

Resumo

A 14 de janeiro de 1659, os “rebeldes”, como eram apelidados pelos Castelhanos, obtiveram a primeira retumbante vitória na guerra que os movia pela restauração da independência nacional, havia já 18 anos. O assinalável “Feito de Armas”, além do expectável impacto na época, perdurou no tempo e na memória dos homens, sendo ainda hoje celebrado com honras militares e objeto de variados estudos.

Este texto é mais um a analisá-lo, embora numa outra perspetiva que não a tradicional, centrada nos protagonistas, nos exércitos e nos movimentos por eles executados no campo de batalha, seu desfecho e repercussão no conflito; é, sim, orientado para a construção e construtores do relato desta batalha, que ficou conhecida como das Linhas de Elvas. Quem são, como e porque o fizeram e de que forma agentes de propaganda se tornam perpetuadores de memória são, pois, os propósitos das linhas seguintes.

Palavras-chave: Cerco; Elvas; Guerra da Restauração; Memória; Propaganda.

Abstract

On 14 January 1659, the “rebels”, as they were called by the Castilians, won

the first resounding victory in the Restoration War, 18-year after their beginning.

This text analyses this “Feat of Arms”, focusing on the construction and builders of the account of this battle, which became known as the Lines of Elvas. Who they are, how and why they did it and understanding how propaganda agents become perpetrators of memory are therefore the aims of the following lines.

Keywords: Elvas; Memory; Propaganda; Restoration War; Siege.

O Feito de Armas

O dia 14 de janeiro de 1659 amanheceu em Elvas com um manto de névoa que turvava a visão dos dois exércitos em confronto. O castelhano, que vindo de Badajoz em 22 de outubro de 1658 tinha posto cerco à principal praça-forte do país, e o português, saído de Estremoz a 11 de janeiro para socorrer a cidade em risco de cair nas mãos do inimigo. Ambos os contendores, apesar da bruma, sabiam perfeitamente onde estava o oponente, seu efetivo e dispositivo. Reconhecimentos feitos na véspera, bem como a captura de militares portugueses, tinham permitido a recolha dessa informação e a própria chegada do socorro tinha sido anunciada com fogo de artilharia e depois saudada, de igual modo, pelos defensores de Elvas. Porém, um erro castelhano na avaliação das intenções da força de socorro, causado por alguma sobrançeria, deu assinalável vantagem ao lado português. Julgaram os castelhanos que a formação lusa em batalha corresponderia não a um ataque às Linhas de cerco, mas a uma movimentação de retirada na direção de Campo Maior e do Caia, forçada pela aparente solidez do bloqueio, cujas defesas tinham sido inclusivamente reforçadas na noite anterior. Sucedeu, precisamente, o contrário. As Linhas não só foram investidas como rompidas nos Murtais, o local escolhido para as atacar.

Dissipada a névoa, entre as oito e as nove horas, o assalto teve início com fogo de artilharia do exército e da Praça sobre o inimigo, que remetido aos seus quartéis tinha deixado as Linhas fracamente guardadas. Pela perceção errada quanto à iniciativa do ataque, mas também, sublinhe-se, pela enorme extensão do perímetro do cerco, guarnecido por quatro grandes quartéis, dois outros menores e pontuado por vários fortins, pois a dimensão e as boas e modernas defesas da Praça de Elvas a isso obrigavam, e porque o efetivo inimigo, apesar de numeroso, não era suficiente para acometê-la com sucesso. Daí que os castelhanos até ao dia da batalha apenas se tenham limitado a tentar bloqueá-la e a bombardear,

contínua e intensamente, esperando com isso quebrar a sua resistência e obter uma rendição.

Nos Murtais, a pouca oposição que os atacantes encontraram foi, assim, rapidamente quebrada. Com ímpeto irromperam e progrediram no terreno em direção à cidade, sendo então atacados pela cavalaria e alguns terços castelhanos. A refrega foi, no entanto, favorável aos portugueses, com o contra-ataque da sua cavalaria e o avolumar da investida lusa, reforçada por apoio saído de Elvas e cada vez mais infantes que transpunham as Linhas. O abandono destas naquele local e a concentração dos castelhanos nos fortins contíguos tornou-se inevitável. Locais de refúgio e de resistência final, em torno deles continuou o combate ao longo do dia, e embora alguns tenham resistido, outros começaram a tombar e a render-se. Entretanto, os mantimentos vindos de Estremoz para Elvas, e que lhe eram tão necessários, foram entrando na Praça.

A morte e ferimento de algumas figuras maiores do exército castelhano, a fuga para Badajoz do seu comandante-chefe, D. Luís de Haro, a desorganização e o pânico instalados acabaram por levar à deserção de muitos soldados, ditando o colapso inimigo e desfecho final. Ao cair do dia, apenas os fortins de Nossa Senhora da Graça e do Rosário permaneciam por tomar, mas na manhã seguinte, cercados e impossibilitados de resistir por muito mais tempo, renderam-se, sendo capturados 600 castelhanos só nesses redutos. O resto das Linhas, ao abrigo da noite, tinha sido já evacuado, ficando no terreno muitas armas e outros despojos, aos quais se juntaram mais, capturados junto ao rio Caia aquando da fuga dos derrotados.

As perdas humanas e materiais para os castelhanos foram, por isso, enormes. Sendo, inclusivamente, por eles claramente assumidas. As fontes divergem muito, quanto às primeiras, nomeadamente em relação às mortes, sendo mais consensuais nas materiais.

Fonte castelhana indica pouco mais de 300 mortos⁽¹⁾. Uma das portuguesas, a cronologicamente mais próxima do evento, indica 2500 mortos e cerca de 2000 prisioneiros⁽²⁾. Números que não devem ser tidos como fidedignos, pois, o seu próprio relator afirma «que agora se não distinguem pela confusão, com que tudo está agora»⁽³⁾. O que é perfeitamente compreensível tendo em conta que foram indicados logo a seguir à batalha, sem a necessária frieza e tempo para um mais rigoroso apuramento. Quanto ao relato oficial português da batalha,

1. Biblioteca Nacional de Espanha / MSS / 2387, parte da Extremadura.

2. *Relaçom do Successo das Armas de Portugal na Rota do Cerco, que o Castelhana Tinha Posto a Praça de Elvas em o Mez de Janeyro de 1659*. Vide MATOS, Gastão de Melo — As notas do licenciado Luís Crispim e outras relações da Aclamação. Anais das Bibliotecas e Arquivos. Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, vol. XV, 1942, p. 118.

3. *Ibidem*.

publicado já meses depois, indica uma estimativa de 8600 infantes e 2000 cavaleiros mortos, feridos, prisioneiros e desaparecidos. E destrinchando estes números, ainda que de forma vaga, cerca de 3000 mortos e outros tantos ou um pouco mais de prisioneiros⁽⁴⁾.

Nas perdas materiais, sobressai a da artilharia, totalizando 17 peças, dito por todas as fontes; muitas armas ligeiras (10 000 a 15 000), assumindo-se que a maioria seria de fogo; grandes quantidades de cevada e outros géneros alimentícios; **pólvora**; muitas bandeiras; todas as tendas, roupas e mobiliário nelas contidos; coches, carroças e liteiras; madeira e muitos outros apetrechos e até a Secretaria de D. Luís de Haro, dinheiro, ouro e prata.

Do lado português também houve perdas, mas em muito menor número, ainda que uma delas se destaque, o General André de Albuquerque Ribafria, um dos heróis da batalha, morto num ataque a um dos fortins. Terão perecido cerca de 200 militares e entre 300 a 682 ficado feridos.

Não havendo, pois, dúvidas quanto à riqueza e diversidade do espólio capturado ao inimigo e à grande discrepância nas baixas dos dois exércitos.

Mas a verdadeira dimensão desta vitória é evidenciada pelo contexto em que ela acontece. A morte de D. João IV, em novembro de 1656, deu o ensejo e alento aos castelhanos para que, no ano seguinte, investissem contra algumas das praças-fortes do Alentejo. Em abril cercaram Olivença que caiu no final de maio (só seria recuperada em 1668, com o fim da guerra), o que foi motivo de grande consternação, por se temer que perdida uma das principais defesas do Alentejo todo o reino ficasse à mercê do inimigo. Seguiu-se a queda de Mourão, mas que se conseguiu reaver no fim de outubro de 1657, enquanto dificuldades na guerra franco-espanhola desviavam recursos militares castelhanos para os Pirenéus.

Com este alento e uma boa dose de ousadia, uma contraofensiva lusa avançou para lá da fronteira, no verão de 1658, pondo cerco a Badajoz, arquirrival de Elvas e à sua semelhança importante praça-forte raiana, guardiã da Extremadura e base de operações para investidas em território nacional. Em caso de conquista a recompensa seria grande, mas ao fim de quatro meses de cerco, inútil, com elevadas baixas e sob ameaça da chegada de um forte socorro castelhano, o fracasso foi grande e o exército desalentado e depauperado retirou para Elvas para nela se recompor.

O facto não deixou de ser aproveitado pelo inimigo para propagandear pela Europa o desaire português e relançar o ataque sobre o Alentejo. Primeiro,

4. [Bacelar, António] — *Relaçam da Vitoria que Alcançaram as Armas do muyto Alto, .e Poderoso Rey D. Affonso VI em 14 de Janeiro de 1659. Contra as de Castella, que Tinham sitiado a Praça d'Elvas: indo por General do Exercito de Portugal o Conde de Cantanhede Dom Antonio Luis de Menezes, do Conselho de Estado, Guerra, Veedor da Fazenda, etc.*, pp. 45 e 46.

tomando Vila Boim, Barbacena e Santa Eulália, localidades vizinhas de Elvas para a isolar na região, como ação intimidatória e preparatória para o cerco. De novo todo o reino poderia ficar à mercê do inimigo, sobretudo porque na Praça estavam o trem de artilharia, as tendas e demais dependências do exército, bem como boa parte dos principais cabos de guerra e muitos militares, depois do gorado sítio a Badajoz. Acrescia, ainda, que no Minho, desde 7 de outubro, também Monção estava cercada pelos castelhanos, obrigando à dispersão de forças pelas duas frentes de guerra⁽⁵⁾.

A retumbante vitória alcançada em Elvas não só pôs fim ao cerco, impedindo a sua captura, como inverteu o curso das operações forçando à retirada inimiga desordenada e criou a oportunidade de difundir o Feito pela Europa, contrariando a recente propaganda inimiga e com isso granjear mais apoios político-militares para a causa independentista nacional. Tal glória e triunfo tinham que forçosamente de ser assinalados à época e memorizados para os vindouros. Porque as guerras, além de nos campos de batalha, também se ganham na opinião pública e a identidade nacional forja-se e torna-se coesa nos grandes episódios históricos.

Propaganda e Memória

A mais perigosa consequência da guerra e a que mais se deve recear nas batalhas, é a opinião. Na perda de uma batalha arrisca-se um exército; na perda da opinião arrisca-se um reino.⁽⁶⁾

1. Os Vários Retratos da Batalha e Seus Autores

Duas fontes sobressaem entre as demais que relatam o ocorrido no memorável 14 de janeiro de 1659. Uma coeva, que teve autorização para ser publicada em julho desse ano, que constitui a narração oficial da batalha, intitulada *Relaçam da Vitoria que Alcançaram as Armas do muyto Alto, & Poderoso Rey D. Affonso VI em 14 de Janeiro de 1659. Contra as de Castella, que Tinham sitiado a Praça d'Elvas: indo por General do Exercito de Portugal o Conde de Cantanhede Dom Antonio Luis de Menezes, do Conselho de Estado, Guerra, Veedor da Fazenda, etc.* O título extenso, próprio da época, por si só, logo faz antever a importância do ocorrido, revelando, em simultâneo, um dos seus principais protagonistas. A rapidez com que a publicação foi feita demonstra ainda a forte vontade de propagandear o triunfo bélico. Embora publicada anonimamente, sabe-se que esta obra foi escrita

5. A Praça acabou por cair a 7 de fevereiro de 1659.

6. VIEIRA, António – Sermão pelo Bom Sucesso das nossas Armas. Pregado no ano de 1645, na capela Real, com o Santíssimo Sacramento exposto, tendo El-Rei D. João IV passando a Alentejo. In *Obras Escolhidas*, vol. X, Sermões (I), 229. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 1954.

por António Barbosa Bacelar. Um magistrado, que também se dedicou à escrita, nomeadamente à historiografia e à poesia, tendo sido um «exímio sonetista»⁽⁷⁾.

A segunda narrativa já dista da batalha quatro décadas e está inserida numa obra sobejamente conhecida, a *Historia de Portugal Restaurado*, tomo II, publicado em 1698, da autoria do conde da Ericeira, D. Luís de Meneses, um dos homens mais cultos da sua época, combatente em Elvas e noutras batalhas da Guerra da Restauração, membro do Conselho de Estado, Vedor da Fazenda e Governador das Armas da Província de Trás-os-Montes no reinado de D. Pedro II.

Outras três narrativas podem ser encontradas num texto de Gastão de Melo de Matos e tratam-se de transcrições de manuscritos que o autor compilou e divulgou. Primam pela singularidade e quase anonimato, mas ajudam-nos a compreender o processo de construção da memória da batalha.

Começamos, precisamente, a nossa análise por duas delas, de autor desconhecido, por serem antecessoras das narrativas mais relevantes, e por uma carta remetida por D. António Luís de Meneses, 3.º conde de Cantanhede e comandante do exército português na batalha, à rainha D. Luísa de Gusmão⁽⁸⁾, mas para seguir como fio condutor a cronologia da sua escrita a carta será a primeira a ter a nossa atenção. O terceiro relato, já posterior à obra de Bacelar e de autor conhecido, será posteriormente tratado. Concentramos depois a atenção nos dois relatos principais, de António Bacelar e do conde da Ericeira, mais cuidados e desenvolvidos. A concluir as narrativas, a visão do inimigo através de dois manuscritos da Biblioteca Nacional de Espanha.

Mas da batalha também temos três memórias visuais, que nos descrevem os contornos das Linhas de cerco e alguns dos episódios da peleja. Uma, da autoria do engenheiro francês Pierre de Sainte-Colombe, mais conhecido por Pedro de Santa Colomba, é essencialmente uma planta que nos mostra as fortificações de Elvas, a circunvalação estabelecida em seu redor e as posições dos exércitos em confronto⁽⁹⁾. A segunda, atribuída a um pintor e gravador neerlandês, Dirk Stoop, também conhecido por Rodrigo Stoop, trata-se de uma água-forte ilustrativa do campo de batalha e dos diferentes episódios nele ocorridos, com um evidente destaque para os combates travados⁽¹⁰⁾. A última, de autor desconhecido, é uma pintura pertença da Academia das Ciências de Lisboa, tendo em primeiro plano um combate de cavalaria no sopé do fortim da Graça, depois o ataque nos Murtais

7. Dicionário Cronológico de Autores Portugueses, Vol. I, Lisboa, 1989.

8. Transcrita e publicada por António Cruz na obra *Portugal Restaurado. Estudos e Documentos*, pp. 94-100. A missiva original está na Biblioteca da Universidade de Coimbra, manuscrito 602, fólio 244.

9. Biblioteca Nacional de Portugal / E. 1090 V.

10. Biblioteca Nacional de Portugal / E. 648 A.

e na linha do horizonte Elvas a ser bombardeada⁽¹¹⁾.



Figura 1 — A batalha das Linhas de Elvas, por Dirk Stoop. Água-forte ilustrativa do campo de batalha e dos diferentes episódios nele ocorridos, com um evidente destaque para os combates travados. Biblioteca Nacional de Portugal / E. 648 A.

1.1. A carta de D. António Luís de Meneses a D. Luísa de Gusmão

A notícia da vitória, naturalmente, correu célere para Lisboa. No próprio dia da batalha foi expedida missiva anunciando-a, sendo recebida na capital a 16, quando o rei D. Afonso VI assistia a uma festa religiosa, em Santa Engrácia, e logo se fez um *Te Deum laudamus*. E no dia 15 de janeiro foi remetida a carta de D. António Luís de Meneses para D. Luísa de Gusmão, à época regente do reino devido à menoridade de D. Afonso VI, com o relato mais pormenorizado da batalha⁽¹²⁾.

Com um cunho vincadamente pessoal, o conde de Cantanhede dá conta das suas decisões e movimentações, num tom de autoelogio, remetendo para uma relação anexa as perdas do inimigo. Não deixa, porém, de sublinhar que «a derrota foi como a maior vergonha que os castelhanos em algum tempo houvessem

11. Academia das Ciências de Lisboa, com o código de inventário: ACL-PIN-0063.

12. CRUZ, António – Portugal Restaurado. Estudos e Documentos. Porto: Livraria Civilização, 1940, pp. 93-94.

padecido, porque deixaram os quartéis com tudo o que neles tinham e os fortes guarnecidos com mestres de campo e pessoas de muito porte que se renderam hoje»⁽¹³⁾. Passa depois para o destacar da ação de alguns dos seus homens, em particular dos mais ilustres, feridos ou mortos.

Neste caso, ainda não existe um propósito de construção de uma memória, mas apenas de informação, o de “prestar contas”, esperando um especial reconhecimento, sobre o sucedido. Afinal, o conde tinha sido o incumbido, pela própria rainha, da espinhosa missão de enfrentar o inimigo comandado por D. Luís de Haro, um grande de Espanha e valido de D. Filipe III⁽¹⁴⁾.

1.2. Relaçam do sucesso das armas de Portugal na rota do cerco que o castelhana tinha posto à praça de Elvas em o mez de janeyro de 1659

Já com a configuração de relato perfeitamente definida e muito provavelmente o primeiro, ou pelo menos um dos primeiros, sobre o acontecimento, a *Relaçam do sucesso das armas de Portugal ...* terá sido escrita em Évora⁽¹⁵⁾. Gastão de Matos avança até a hipótese de o narrador ser pessoa ligada à universidade eborense⁽¹⁶⁾. Assim, de facto, parece ser. Vários pequenos indícios apontam nesse sentido, nomeadamente o princípio da narração, colocado em Estremoz, localidade próxima de Évora, ao contrário dos restantes relatos que principiam com a morte de D. João IV e as campanhas anteriores de 1657 e 1658. A ligação a Évora é, ainda, mais evidente pelo acrescento ao relato de um outro acontecimento próximo e ligado à batalha: «Depois desta relação feita sucedeu que tinha ordenado o senhor conde de Cantanhede que fosse esta Universidade de Évora com o seu reitor, (...) a guarnecer Juromenha, aonde estiveram até depois da vitória domingo 19 de janeiro»⁽¹⁷⁾.

E concretamente quanto ao tempo, também por uma alusão, aquando da enumeração das baixas sofridas pelos castelhanos, que indicia que o relato terá sido redigido logo a seguir à batalha: «Prisioneiros o conde de Medelim, e muitos fidalgos titulares, que agora se não distinguem pela confusão, com que tudo está agora»⁽¹⁸⁾.

Temos, assim, um conjunto de factos apurados, mas que pela proximidade

13. Ibidem, p. 95.

14. Luis Méndez de Haro y Guzmán (1598-1661), 6.º Marquês de Carpio, Conde-Duque de Olivares e, depois de 1660, 1.º Duque de Montoro.

15. Transcrita em: MATOS, Gastão de Melo, pp. 116-120.

16. MATOS, Gastão de Melo, p. 115.

17. Ibidem, pp. 119-120.

18. Ibidem, p. 118.

do evento, o próprio narrador, cuidadoso com o rigor da escrita, assinala que algumas partes serão ainda incertos.

Neste relato outras duas ocorrências se destacam quando comparado com os restantes. A descrição feita com maior pormenor da coluna de socorro saída de Estremoz e do espólio capturado ao inimigo.

1.3. *Relaçõ del sitio y socorro de Ielues*

Outra narrativa que aparenta ter sido redigida pouco depois da batalha é a *Relaçõ del sitio y socorro de Ielues*⁽¹⁹⁾, que logo pelo idioma usado, o castelhano, se distingue de todas as outras. Aparentemente a escolha é estranha, nomeadamente numa altura em que se quer quebrar os laços que nos ligavam à anterior tutela castelhana e afirmar a nossa independência. Tem, todavia, uma justificação lógica, a de à época o castelhano ser uma língua diplomática e, por isso, de uso alargado na Europa. E se pelo continente se pretende difundir o memorável feito luso parece-nos justificável a opção seguida. Porém, segundo Gastão de Matos, pela análise que fez do texto original, este «não é certamente cópia de obra impressa; mas parece ser projeto de relação a publicar, transladado por um copista pouco hábil»⁽²⁰⁾. As várias emendas nele contidas parecem-no demonstrar. O que levanta a dúvida se este texto chegou a ser difundido.

Outro facto que aponta para um intuito inicial de larga divulgação, junto de um público desconhecedor da geografia e história nacionais, são as muitas notas informativas com que o texto foi escrito. O que leva a crer que o seu autor certamente terá sido pessoa erudita e preocupada em informar o leitor sobre uma realidade desconhecida ou, pelo menos, distante. O que reforça a ideia de este ser um texto claramente propagandístico destinado a ser difundido no exterior. Gastão de Matos deixa, ainda, implícita a sugestão que este possa ter sido um primeiro esboço da obra de António Bacelar ao referir que a sua organização «não difere essencialmente daquela que Barbosa Bacelar deu ao seu opúsculo», embora seja muito mais reduzida no que à batalha diz respeito e mais extensa na narração de eventos anteriores⁽²¹⁾.

A hipótese é viável e enquadra-se mesmo no processo de construção da memória de um acontecimento. Primeiro, a redação de um texto com os poucos e iniciais elementos disponíveis ao qual, mais tarde, com novas fontes se adicionam mais dados, se desenvolve a narrativa e se a compõe melhor. Aliás, Bacelar, homem

19. Transcrita em: *ibidem*, pp. 102-115.

20. *Ibidem*, p. 101.

21. *Ibidem*.

erudito e escritor profissional, encaixa no perfil do suposto autor desta relação. Se esta é dele, como trabalho preparatório para o relato que veio a ser publicado, não o podemos afirmar. E se a autoria lhe pertence o seu estilo de escrita acabou por se afastar do inicial delineado, com o desaparecimento das notas informativas, a substituição do castelhano pelo português e o realçar da figura de D. António Luís de Meneses no texto que veio a ser publicado após julho de 1659.

Mas à narrativa de Bacelar já lá iremos em parágrafos mais à frente. Por agora, passemos a um relato de um autor claramente identificado e sobre o qual Gastão de Matos nos dá até vários dados biográficos.

1.4. *Do que Suceddeo no meter do socorro em Elvas estando citiada pelo castelhano no anno de 1659, por Crispim Luís*

Trata-se de Crispim Luís, advogado em Évora, que pelas vicissitudes da guerra se viu mobilizado para servir no exército, estando em Elvas durante o seu cerco. É, por isso, um testemunho presencial, embora de alguém que não teve qualquer relevo na batalha, como se depreende do seu próprio relato, totalmente omisso quanto aos seus atos. Afinal, não era um militar de carreira, mas sim de Ordenanças⁽²²⁾, nem de patente elevada e estando dentro das muralhas de Elvas terá estado arredado da peleja extramuros.

Curioso é o facto do seu relato⁽²³⁾, além de não ter qualquer propósito de vanglória, ter sido modesta e discretamente escrito nalgumas folhas em branco de um livro com passagens de obras de juristas de relevo. Certamente não terá pretendido a sua larga difusão, embora ele diga, a terminar o relato, que «para lembrança, deixei aqui esta memória»⁽²⁴⁾. Mas Crispim, naquelas folhas, não se ficou apenas pela descrição da batalha, continuou a registar mais alguns acontecimentos da Guerra da Restauração, como a perda e recuperação de Évora (1663), que também viveu, indo mesmo até ao tratado de paz, só assinado em 1668.

Estes registos seriam para ele meramente uma distração dos seus afazeres profissionais ou demonstrativos de uma aspiração de um dia poder vir a tornar-se escritor? No entanto, a sua escrita é banal e o seu conteúdo informativo até fica aquém do que seria esperar de alguém que viveu o prolongado e sofrido cerco e que sobre a sua vivência apenas dá uma peculiar informação, a que devido

22. As Ordenanças eram tropas de segunda linha constituídas pelos homens válidos que não fossem recrutáveis como soldados pagos.

23. Transcrito em: MATOS, Gastão de Melo, pp. 121-123. Segundo Gastão de Matos, o documento original é pertença da Academia Portuguesa da História.

24. *Ibidem*, p. 123.

à grave escassez de alimentos «chegou a valer uma galinha 4\$»⁽²⁵⁾. Inclusive, Crispim recorre ao relato de Bacelar para complementar o seu, nomeadamente para o enumerar das baixas causadas ao inimigo, pelo que repete os números deste autor e segue de perto a sequência da sua narrativa. O que nos leva a crer que o seu texto terá decerto sido escrito depois de julho de 1659. Ainda assim, fica aqui registado este singular e modesto contributo para a memória da batalha.

1.5. *Relaçam da Vitoria que Alcançaram as Armas do muyta alto & Poderoso Rey D. Affonso VI em 14 de Ianeiro de 1659, por António Bacelar, com duas edições (1659 e 1661)*

Por seu lado, o relato de Bacelar alcançou assinalável projeção. Pela qualidade do autor, mas também pelo patrocínio que obteve. Aliás, tudo indica que na sua origem esteja uma encomenda direta ou, pelo menos, uma sugestão de D. António Luís de Meneses, o principal interessado no registo do “Feito de Armas”, obtido por um exército por ele comandado.

António Barbosa Bacelar (1610-1663) foi durante catorze anos professor adjunto na Universidade de Coimbra, onde se formou em Direito Civil, mas de lá saiu, desgostoso e doente, após ter sido preterido num concurso para ocupar uma cadeira vaga. Regressado a Lisboa, sua terra natal, queixou-se e apelou a D. Rodrigo de Meneses, regedor das Justiças e irmão de D. António Luís de Meneses. Com o seu apoio enveredou por uma carreira na magistratura, começando por ser corregedor em Castelo Branco. Foi posteriormente provedor em Évora, desembargador da Relação do Porto e, por último, desembargador da Casa da Suplicação em Lisboa, a partir de novembro de 1661. A par do trabalho na educação e na justiça, como já o dissemos, dedicou-se à escrita, nomeadamente à poesia, tendo sido um dos mais notáveis versejadores do seu tempo e elegante prosador da escola seiscentista, o que o levou a ser também conhecido no estrangeiro⁽²⁶⁾.

Presume-se que a ligação aos Meneses tenha começado pouco depois da restauração da independência em Portugal, resultando da combinação da saída de Bacelar de Coimbra com a ascensão daquela família aos mais altos cargos públicos do novo poder. Ambos os irmãos pertenceram ao grupo dos “Quarenta Conjurados”⁽²⁷⁾ que pôs término à União Ibérica e que, por essa razão, estavam

25. *Ibidem*, p. 122.

26. A sua obra poética está essencialmente publicada na *Fénix Renascida* (1716-1728, tomos I, II, IV e V) e no *Postilhão de Apolo* (1761-1762). A restantes obra permanece quase toda inédita, encontrando-se, porém, incluída na *Antologia da Poesia do Período Barroco*, de Natália Correia (1982). *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, Vol. I, Lisboa, 1989 e PEREIRA, João Manuel Esteves, e RODRIGUES, Guilherme — *In Portugal: Dicionario Historico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artístico*, vol. II, 1906, pp. 9 e 10.

27. Grupo constituído por cerca de cinquenta homens, de quarenta famílias da nobreza, e os restantes do clero e militares que, com um golpe palaciano, puseram fim ao governo do rei Filipe IV de Espanha em Portugal. São também

intrinsecamente ligados à causa independentista desde o primeiro momento. Também o seu pai, D. Pedro de Meneses, era o presidente do Senado da Câmara de Lisboa à data da Restauração, cargo que exerceu até 1643.

A primeira narrativa histórica de Bacelar não foi, porém, a da batalha das Linhas de Elvas, mas outra alusiva à tomada da praça-forte do Recife, no Brasil, por Francisco Barreto, que foi publicada em Lisboa, cinco anos antes, em 1654⁽²⁸⁾. Obra que saiu anónima e que terá sido traduzida para italiano⁽²⁹⁾. Tendo em conta os seus dotes literários, experiência e ligação aos Meneses parece óbvia a escolha de Bacelar para propagandear e registar a brilhante vitória alcançada nas Linhas de Elvas.

O que a nova narrativa tem substancialmente de diferente das anteriores, além da natural discrepância dos números dos efetivos e baixas de ambos os exércitos rivais, são a sua extensão; o seu carácter mais descritivo e tom laudatório, de que são exemplo as 31 referências, diretas ou implícitas, à pessoa de D. António Luís de Meneses, em 21 de 47 páginas; e, claro está, a difusão que teve, pois dela há duas edições em português (1659 e 1661), a que, em 1662, se juntou uma traduzida em latim, por Aleixo Collotes de Jantillet⁽³⁰⁾, com o título de *Helvia Obsidione Liberata... (Elvas Libertada do Cerco...)*⁽³¹⁾, igualmente publicada em Lisboa, mas certamente destinada a um público além fronteiras.

A obra de Bacelar contém, ainda, algo que as anteriores narrativas não têm. A transcrição da carta da rainha dirigida a D. António Luís de Meneses, pedindo-lhe que aceitasse o comando do exército de socorro a Elvas. O que, obviamente, serve os fins laudatórios da obra, realçando o apego de D. António à causa independentista, e só possível pelo acesso privilegiado ao documento que foi dado a Bacelar, muito provavelmente pelo seu destinatário.

O discurso encomiástico é, ainda, reforçado com a associação da vitória alcançada em Elvas a uma outra façanha passada, a conquista de Malaca pelo grande Afonso de Albuquerque, para o autor justificar a sua conduta na escrita e evidenciar o carácter coletivo do Feito: «Além de que o meu intento não é

conhecidos por “Os Quarenta Aclamadores”.

28. [BACELAR, António] – *Relaçam diaria do sítio, e tomada da forte praça do Recife, recuperação das Capitánias de Itamaraca, Paraíba, Rio Grande, Ciará, & Ilha de Fernão de Noronha, por Francisco Barreto, Meftre de Campo General do Eftado do Brafil, & Governador de Pernambuco.*

29. PEREIRA, João Manuel Esteves, e RODRIGUES, Guilherme – In Portugal: Dicionario Historico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artístico, vol. II, 1906, p. 10.

30. Natural da Lorena, foi secretário do irmão de D. João IV, o infante D. Duarte (1605-1649), quando este esteve na Alemanha como oficial de Filipe IV. Depois da morte do infante, veio para Portugal, tendo sido nomeado oficial de línguas na Secretaria de Estado. Foi também poeta neolatino e membro da “Academia dos Generosos” desde 1660. SOBRAL, Luís de Moura – *Pintura e Poesia na Época Barroca.* Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 31.

31. JANTILLET, Alexius Collotes de – *Helvia Obsidione Liberata...* Lisboa: Oficina de António Craesbeeck, 1662.

informar a Portugal do que obraram os portugueses, senão informar ao mundo do que obrou Portugal»⁽³²⁾. O que também demonstra a intenção de espalhar a boa nova além-fronteiras.

1.6. *Historia de Portugal Restaurado, do conde da Ericeira*

Já a *Historia de Portugal Restaurado*, do conde da Ericeira (1632-1690), cujo primeiro volume foi publicado em 1679 e o que narra a batalha das Linhas de Elvas postumamente em 1698, é a obra que pela sua dimensão (duas partes, quatro volumes) e amplitude, compila tudo o que de relevante se passou em 28 anos de conflito, no reino e no império, e o remata historicamente⁽³³⁾.

História oficial dedicada «ao Sereníssimo Príncipe Dom Pedro Nosso Senhor⁽³⁴⁾», beneficiou não só dos trabalhos anteriormente publicados, como do necessário distanciamento temporal para um apuramento mais rigoroso dos factos, mas, ainda, do seu autor ser também um dos protagonistas da guerra e, pelas suas relevantes funções no aparelho do Estado, detentor de um acesso privilegiado aos arquivos e aos seus ilustres contemporâneos, testemunhas dos acontecimentos. O que, todavia, também lhe causou alguns dissabores. Não deixando de, apesar do seu zelo, ser considerado por alguns de parcial nos seus juízos⁽³⁵⁾. Até porque o seu envolvimento direto nos factos político-militares por ele contados, nomeadamente o seu papel no afastamento de D. Afonso VI e apoio explícito a D. Pedro II, o expunham a essa natural crítica proveniente de opositores políticos e outros detratores. Escreveu, ainda, outras obras históricas menores e tornou-se também conhecido por, enquanto Vedor da Fazenda, ser um defensor e promotor do Mercantilismo em Portugal, o que lhe valeu, mesmo, o epíteto de “Colbert português”, comparação com Jean-Baptiste Colbert, ministro de Luís XIV e impulsionador daquela doutrina em França.

No que à batalha das Linhas de Elvas diz respeito o conde da Ericeira narra os acontecimentos em duas partes, interrompidas por outros acontecimentos da guerra, no reino e no império, que se sucederam em 1658. Na primeira descreve a entrada do exército inimigo em Portugal, as indecisões castelhanas quanto aos objetivos da campanha, o início do cerco em 22 de outubro e seu desenrolar até

32. [Bacelar, António] — *Relaçam da Vitoria que Alcançaram as Armas do muyto Alto, & Poderoso Rey D. Affonso VI em 14 de Janeiro de 1659. Contra as de Castella, que Tinham sitiado a Praça d'Elvas: indo por General do Exercito de Portugal o Conde de Cantanhede Dom Antonio Luis de Menezes, do Conselho de Estado, Guerra, Vedor da Fazenda, etc*, p. 44.

33. A obra acabou por ter numerosas edições e foi republicada no século XX, com a grafia e pontuação atualizadas, por António Álvaro Dória, na década de 1940, pela Editora Civilização, em quatro volumes.

34. O rei D. Pedro II, com o cognome de “O Pacífico”, decorrente da assinatura da paz.

35. Veja-se o Prefácio de António Álvaro Dória in Conde da Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, vol. I, nova edição. Porto: Livraria Civilização (Biblioteca Histórica, Série Régia), 1945; pp. IX–XV.

aos últimos dias de dezembro. E na segunda parte retoma a narrativa, já em janeiro de 1659, com os preparativos do exército de socorro a Elvas, terminando-a com a ida do conde de Cantanhede a Lisboa para receber «o aplauso que merecia a vitória que havia alcançado» e a receção que lhe foi feita pelo próprio rei⁽³⁶⁾. Ao todo, o conde da Ericeira dedica à batalha 49 páginas da sua obra, praticamente o mesmo número que o relato de Bacelar. Todavia, embora a sua estrutura narrativa, de índole cronológica, não difira das outras obras que a antecedem, introduz-lhe novidades e pormenores que a distinguem das demais.

Uma é fundamental para a compreensão do retumbante sucesso português. No texto do conde da Ericeira transparece que as Linhas castelhanas afinal não estariam ainda totalmente concluídas aquando do ataque português, apresentando nalguns setores fragilidades⁽³⁷⁾. Na obra de Bacelar essas fragilidades não são evidenciadas. Pelo contrário, tece elogios: aos quartéis «grandemente fortificados» e à linha de circunvalação com fortins «em distâncias proporcionadas obrados com todo o primor militar»⁽³⁸⁾. Mas, ambos os cronistas referem o reforço das Linhas no local onde se deu a investida portuguesa. Reforço que nos leva a concluir que, de facto, haveria fragilidades que, prudentemente, à última hora se procuraram suprir ou pelo menos minimizar perante o provável ataque.

Outra assinalável distinção é o tom da exortação que o conde de Cantanhede fez às tropas sob o seu comando, momentos antes do início da batalha. Enquanto Bacelar apresenta uma síntese daquelas palavras, o conde da Ericeira narra-as em discurso direto, sugerindo ao leitor a transcrição *ipsis verbis* de um discurso previamente pensado e redigido para aquela ocasião. Terá o conde de Cantanhede redigido, de facto, um discurso? Se o fez, por que razão Bacelar não o usou na sua obra, como fez com a carta escrita pela rainha ao conde, que Ericeira também transcreveu no seu relato?

Quanto ao conteúdo da exortação as duas narrativas diferem nas palavras, ainda que ambas tenham o mesmo objetivo de animar as tropas e incitá-las à vitória e sejam coincidentes quanto ao estado de espírito do comandante português.

Bacelar diz que ele, «com a presença tão alegre, que influía uma quase certa segurança da vitória», lembrou a cada um dos seus soldados as suas obrigações; que os inimigos que tinham pela frente eram os mesmos que eles e os seus avós já tinham vencido; que as Linhas não impediriam a vitória lusa; que em Elvas as suas mulheres, filhos, irmãos e compatriotas dependiam do seu socorro, bem como a conservação do reino e seus reis do seu sucesso na peleja e que ao nela

36. ERICEIRA, 3.º conde da – *Historia de Portugal Restaurado*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, tomo II, 1698, p. 217.

37. Veja-se, por exemplo, *ibidem*, pp. 192 e 194.

38. [Bacelar, António], *ibidem*, p. 16.

entrar se lembrassem dos seus maiores e cuidassem dos seus descendentes⁽³⁹⁾.

Segundo Ericeira, o conde de Cantanhede, «galhardo na pessoa, alegre no semblante», com base na sua idade e experiência passada, satisfeito com o exército de socorro a Elvas que conseguiu reunir, nomeadamente com os companheiros que escolheu para o acompanharem, acreditava que não haveria oposição no mundo capaz de lhes resistir, até porque os castelhanos divididos pelos quartéis, tão distantes uns dos outros, que primeiro haveriam de os portugueses romper as Linhas do que eles conseguiriam chegar a elas para as defender. E, dando continuidade às palavras do conde de Cantanhede, alude à necessidade de socorrer os parentes e amigos sitiados em Elvas, muito castigados pela doença e pela morte, e de levar a boa nova de um sucesso ao rei⁽⁴⁰⁾.

A obra do conde da Ericeira conta-nos ainda vários episódios e vivências do cerco, como a falta de alojamento que existia em Elvas para os soldados auxiliares e de Ordenanças que lá não residiam ou tinham parentes, que se viam obrigados a dormir nos alpendres das igrejas ou a falta de locais intramuros para sepultura dos muitos que morriam de doença ou, ainda, como se fomentou a deserção entre os soldados castelhanos, também eles vítimas de enfermidades e da muita chuva e frio que se faziam sentir, com o espalhar de papéis junto dos quartéis inimigos prometendo dinheiro e abrigo a todos os aqueles que se entregassem nas povoações sob domínio português⁽⁴¹⁾. Pelo seu carácter mais abrangente, acrescenta também acontecimentos ocorridos nos dias a seguir à batalha, mas a ela diretamente associados, omissos nas outras narrativas, como o processo de sepultura de todos os portugueses e castelhanos; o desfazer das Linhas e fortins de cerco; o regresso dos soldados às suas terras de origem e o dispersar dos doentes de Elvas para Évora e Estremoz e com eles das suas enfermidades, o que veio a causar muitas mortes no resto do reino, e até a ousada fuga para Badajoz de um dos prisioneiros ilustres, o conde de Medelim⁽⁴²⁾.

Significativas são também as considerações sobre o impacto da derrota em Espanha. Não deixando de contrapor o insucesso castelhano ao regozijo vivido em Portugal. Segundo o conde da Ericeira, muitos foram aqueles que bradaram contra o rei Filipe IV e D. Luís de Haro. O primeiro por ser responsável pela escolha do segundo e pela perda da maior parte da glória e domínio herdados dos seus antecessores. O valido do rei pela falta de talento e experiência militar, abandono do campo de batalha e conseqüente ruína do exército⁽⁴³⁾.

39. *Ibidem*, p. 34.

40. ERICEIRA, 3.º conde da, pp. 201-202.

41. *Ibidem*, pp. 145-147.

42. *Ibidem*, pp. 217-218.

43. *Ibidem*, pp. 215-217.

Quanto aos números quer dos exércitos em confronto, quer das baixas por eles sofridas, valiosos e imprescindíveis indicadores para o avaliar da grandeza da vitória alcançada, eles não diferem muito dos de Bacelar. Do lado castelhano 14000 infantes e 3500 cavaleiros no início da batalha e no seu fim, já em Badajoz, restavam 5000 infantes e 1300 cavaleiros, aos quais se juntaram mais 600 que por estarem feridos e doentes foram devolvidos pelos portugueses, que aprisionaram mais de 5000. Sintetizando, uma perda total de 10600 homens (mortos, feridos, prisioneiros e desaparecidos). As nossas perdas ascenderam a 204 mortos e 697 feridos⁽⁴⁴⁾.

1.7. Os dois manuscritos castelhanos da Biblioteca Nacional de Espanha⁽⁴⁵⁾

Mas, do lado inimigo também há relatos da pesada derrota sofrida e da campanha que a antecedeu. Ambos podem ser encontrados na Biblioteca Nacional de Espanha e apesar de individualmente não testemunharem a totalidade dos acontecimentos passados, ao reuni-los os seus escritos complementam-se, dando-nos um panorama geral de quase toda a campanha, desde a entrada do exército castelhano em Portugal até à batalha e seu rescaldo. Embora havendo um hiato entre elas, de finais de outubro aos primeiros dias de janeiro, a existência destas narrativas permite-nos confrontá-las com as portuguesas e apurar com maior rigor os factos ocorridos e observar como ambas as partes registaram a mesma realidade.

O primeiro manuscrito intitula-se *Relacion en que se da cuenta de todo lo sucedido al exercito de su magestad (que Dios guarde) gouernado por el excelentissimo señor D. Luis Mendez de Haro, desde diez y seis de octubre deste presente año de 1658, que salió de la ciudad de Badajoz, para el sitio, y campaña de Yelves, hasta 27. de dicho mês, e, como o título indica, só cobre o período decorrido entre 16 de 27 de outubro de 1658, ou seja, os primeiros doze dias de cerco*⁽⁴⁶⁾. A sua autoria é desconhecida, constando apenas que a sua impressão foi feita em Madrid, ainda em 1658, por Diego Diaz⁽⁴⁷⁾.

Um episódio nesta relação se ressalta e se compara com o que foi contado sobre o mesmo pelo conde da Ericeira. Trata-se da saída de Elvas, durante a noite, de

44. Ibidem, pp. 212-214.

45. Além destes dois manuscritos, na Biblioteca Nacional de Espanha está também um outro documento associado à batalha, mas que não é uma narrativa dela, razão pela qual não foi aqui analisado. Intitula-se: *Razonamiento que hizo el deán de Evora, al ejército de Portugal, hallándose en Extremoz, para introducir el socorro a la ciudad de Elvas, sitiada por el castellano a 12 de henero de 1659* e trata-se da exortação feita às tropas por aquele religioso. Aos eventuais interessados na sua leitura indica-se a cota: Biblioteca Nacional de Espanha / MSS / 12026 (H.102R.-105V.). Está disponível online.

46. Biblioteca Nacional de Espanha / MSS / 2386 (H.95R.-96V.).

47. Diego Diaz de la Carrera, impressor do reino de Espanha entre 1637 e 1667.

uma força de cavalaria e de um comboio de doentes com destino a Juromenha. Segundo o relato castelhano, um contingente de cavalaria comandado por D. Juan Pacheco atravessou-se no caminho da coluna portuguesa e no recontro havido mais de trezentos portugueses foram mortos ou feitos prisioneiros e capturados cavalos e muita bagagem. E mais teriam sido mortos, feridos e capturados se parte da cavalaria castelhana não se tivesse separado durante a marcha⁽⁴⁸⁾.

Do lado português é contado que 1200 cavaleiros, comandados pelo capitão Duarte Fernandes Lobo – que, segundo Ericeira, embora militar valoroso não seria o mais indicado para aquela ação, até porque em Elvas havia militares de postos superiores – escoltaram o dito comboio, mas que a escolha do caminho a seguir não foi a mais acertada e que, por isso, no momento da travessia de dois ribeiros, os dois batalhões da retaguarda portuguesa foram atacados e destroçados e a desordem instalou-se na coluna portuguesa, dividindo-se em três troços, retirando um na direção de Juromenha, outro para Campo Maior e o restante retornado a Elvas. Este último voltou então a sair, dividido em dois, agora sob o comando de dois tenentes-generais de cavalaria (Tamaricurt e Gil Vaz Lobo), que conseguiram chegar a Estremoz e a Campo Maior. Quanto às baixas sofridas pelos portugueses Ericeira não as quantifica e tem o cuidado de as minimizar, dizendo que escaparam muitas das carruagens que levavam os doentes, até porque os castelhanos não souberam explorar melhor o sucesso que tiveram no recontro, mas ainda assim reconhece a captura de alguns cavalos, bagagens e de doentes que, enfraquecidos e medrosos, não conseguiram fugir pelo caminho certo que os colocaria a salvo dos castelhanos⁽⁴⁹⁾. Reconhecendo, assim, implicitamente o fracasso daquela saída e atribuindo a responsabilidade pelo sucedido mais a falha e má conduta portuguesa do que a mérito do inimigo.

Os dois relatos, embora vistos de perspetivas diferentes, não deixam de ser coincidentes, o que nos leva a crer que ambos descrevem com rigor o que de facto terá sucedido e que o número apresentado no relato castelhano será verosímil, ao reivindicar baixas de mais de trezentos mortos e prisioneiros causados a uma força composta por 1200 cavaleiros, aos quais acresce um número indeterminado de doentes que seguiam na coluna. Valor plausível, tendo em conta que corresponde a cerca de $\frac{1}{4}$ da força portuguesa, composta em parte por inválidos, que se recorde foi atacada à noite quando procedia à travessia de dois cursos de água, tendo nas proximidades o inimigo, uma manobra militar sempre difícil de realizar e de elevado risco.

O segundo manuscrito castelhano, principia a narrativa já em janeiro de 1659, com a notícia do aproximar do exército de socorro, vindo de Estremoz, a Elvas e

48. Biblioteca Nacional de Espanha / MSS / 2386 (H.95R.-96V.), p. 96.

49. ERICEIRA, 3.º conde da, pp. 137-138.

estende-se para lá do período e evento aqui em análise, pois está inserido numa compilação com os sucessos dos anos de 1659 e 1660, em diferentes teatros de guerra em que Espanha estava envolvida⁽⁵⁰⁾.

Por ele ficamos a conhecer com pormenor: as guarnições e comandantes dos diferentes quartéis, fortins e Linhas de cerco, pela transcrição de ordens dadas na manhã de 13 de janeiro, preciosa informação para determinar o efetivo, sua distribuição e modo de ação do exército castelhano; a convicção que nele se instalou de que o exército português na manhã do dia 14 ao iniciar a sua marcha seria para se retirar na direção de Campo Maior e não para atacar as Linhas de cerco, no que aparenta ser uma explicação para o desaire; as movimentações de ambos os exércitos e, por fim, o inventariar das perdas sofridas. Do lado castelhano, as mortes de três mestres de campo, de oito capitães de cavalos e cerca de vinte de infantaria, outros oficiais e 300 soldados, às quais acrescem cerca de 800 prisioneiros. Do lado português, além da morte de André Albuquerque, que é elogiado pelo seu valor, resolução e prudência militar, faltaram mais de 800 homens, embora não se possa depreender que todos eles tenham sido mortos, o que aliás contradiria, e muito, os números dos cronistas lusos. Certamente, trata-se de mortos, feridos e desaparecidos e sendo esse o caso aquele total aproxima-se bastante do contabilizado pelos portugueses, estimado em pouco mais de 200 mortos e quase 700 feridos. Quanto às baixas materiais as discrepâncias são mínimas, mais até por omissão do que pelos números apresentados, contabilizando ambos os lados a perda de toda a artilharia castelhana, justificada pelos derrotados por não estar atrelada e não haver mulas que a levasse do campo de batalha, olvidando a enorme desordem em que a retirada foi feita. Grande quantidade de cevada, biscoitos, madeira, pólvora e muitos outros apetrechos e todas as tendas e roupas foram também listados pelos dois lados, mas o português acrescenta ainda 15 000 armas e muitas bandeiras, o que engradece, e muito, a vitória lusa.

1.8. As imagens de Stoop, de Santa Colomba e da Academia das Ciências de Lisboa

Como anteriormente já foi mencionado, da batalha, além dos relatos escritos, temos também fontes iconográficas. Duas são de dois conhecidos autores e a restante é anónima e não contemporânea do evento.

A da autoria do engenheiro Pedro de Santa Colomba é uma planta, profusamente legendada em latim e detalhada, mas que tem no seu topo uma gravura. Denominada *Vestigium sive effigies urbis Helviae...* foi gravada por João Baptista em 1661 e

50. Biblioteca Nacional de Espanha / MSS / 2387, parte da Extremadura.

publicada por António Craesbeeck no ano seguinte⁽⁵¹⁾.

Santa Colomba chegou a Portugal em 1648, ano em que foi nomeado engenheiro nas fortificações e praças do Alentejo. Em 1656, pelos serviços por si prestados nesta província, no Algarve e em Lisboa, foi-lhe concedida uma mercê e já na década de 1660 recebeu o título de engenheiro mor do reino. Mais tarde, em 1663, foi capturado pelos castelhanos em Évora, tendo ficado ao seu serviço e levado consigo vários planos e plantas de fortificações⁽⁵²⁾.

Na planta que nos deixou sobressaem as fortificações de Elvas e a extensa circunvalação estabelecida em seu redor, bem como a legenda lateral que identifica, com pormenor, tudo o que se visualiza. E através dela, Santa Colomba dá-nos uma boa noção da extensão e complexidade das Linhas, onde se destacam, pelo seu tamanho, quatro quartéis, inúmeros fortins e o reforço que nelas foi feito, junto aos Murtais, na véspera da batalha.



Figura 2 — O cerco e a batalha das Linhas de Elvas, por Pedro Santa Colomba. Vestigium sive effigies urbis Helviae... Gravação por João Baptista em 1661 e Oficina de António Craesbeeck, 1662. Biblioteca Nacional de Portugal / E. 1090 V.

51. Segundo Andréa Doré e registo no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal.

Andréa Doré informa, ainda, que Diogo Barbosa Machado (1682-1772) reuniu uma coleção com mais de 3000 folhetos, impressos e manuscritos, em 145 volumes, atualmente guardados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Num deles, o dos Tratados de Paz de Portugal celebrados com os Soberanos da Europa, tomo I (1641-1682), está um exemplar da planta de Santa Colomba. DORÉ, Andréa — Relações de Sucessos Como Elementos da Cultura da vitória na Restauração Portuguesa. Talia Dixit. Revista Interdisciplinar de Retórica e Historiografia, n.º 6 (outubro 2011), p. 123.

52. NUNES, António Lopes Pires – Dicionário Temático de Arquitetura Militar e Arte de Fortificar. Lisboa: Direção do Serviço Histórico Militar. 1991, p. 187.

A Praça de Elvas, no centro da planta, a isso obrigava. Afinal, diante dos castelhanos estava a segunda cidade do Alentejo; a primeira da fronteira e, acima de tudo, a principal fortificação do País, já muralhada conforme os modernos preceitos da arte da fortificação do século XVII, com cortinas, baluartes e meio-baluartes, revelins e meias-luas, estando, ainda, cercada por um largo e fundo fosso. Em seu benefício, contava também com: a sua localização no cimo de um outeiro, vizinho de um profundo vale, que lhe conferia supremacia sobre o atacante; a edificação das suas defesas num solo de natureza rochosa, o que dificultava os aproches; e a sinuosidade do seu traçado que facilitava a sua defesa, pelos múltiplos ângulos de fogo. Por tudo isto, Elvas já era também uma das mais fortes e extraordinárias fortalezas da Europa.

Por seu lado, a obra de Dirk Stoop (ca. 1610-1686) ilustra o campo de batalha concentrando-se nos diferentes episódios nele ocorridos, com um evidente destaque para os combates travados. Por ela temos uma vívida imagem do desenrolar dos acontecimentos, o que a torna numa espécie de janela para o que se passou.

Ao centro, num primeiro plano, o renhido combate. Um terço castelhano, à direita, na sua tradicional formação de marcha, aproxima-se. No centro vêem-se os piqueiros e nas alas os arcabuzeiros e mosqueteiros. Entre aqueles que combatem, alguns jazem no chão, outros já fogem e a maioria, numa massa coesa, própria das formações militares daquela época, opõem-se aos adversários. Piques em riste para proteger os mosqueteiros e arcabuzeiros que fazem descargas contínuas sobre o inimigo, enquanto a cavalaria os procura atacar pelos flancos e quebrar a sua formação, com repetidas cavalgadas e disparos de pistola, até que em socorro dos infantes lusos a cavalaria amiga chega e contra-atacando expulsa o inimigo do campo de batalha. À esquerda, a artilharia abre fogo sobre os castelhanos, um dos fortins é lhes tomado e outros haverão de se lhe seguir, enquanto mais portugueses, através da brecha aberta nas Linhas, reforçam os ataques às Linhas e no terreno.

Num segundo plano, ao centro, Elvas já acolhe no seu interior a coluna com os mantimentos de socorro, mas também os bens, entretanto, capturados ao inimigo, que ao final da tarde e ao longo da noite debanda para Badajoz, depois de perdida toda a crença na vitória.

Para esta vívida imagem dos acontecimentos contribuiu, naturalmente, a formação do autor feita no seu país natal, na Guilda de Utrecht, mas também a sua experiência entretanto adquirida em Itália, provavelmente entre 1639 e 1645, e talento desenvolvido, que o tornaram conhecido como pintor de paisagens italianas com portos e festas de caça, cenas de cavalaria, pinturas históricas, naturezas mortas e altares e, em particular, de cavalos. Tendo ainda sido autor de alguns trabalhos de índole bélica anteriores ao dedicado à batalha das Linhas de

Elvas (ca. 1661) e curiosamente The British Museum e o Rijksmuseum atribuem-lhe também a autoria da conhecida representação da batalha do Ameixial, apesar desta só ter tido lugar a 8 de junho de 1663, data em que Stoop já não estava em Portugal⁽⁵³⁾.

Por isso, quando ele aqui chegou, para entrar ao serviço na Corte como gravador, gozava já de alguma reputação. E de Lisboa, onde esteve até 1662, deixou-nos oito célebres estampas e numa grande tela, sobejamente conhecida, patente no Museu de Lisboa (Palácio Pimenta), uma vista do Terreiro do Paço, onde o pintor mostra o carácter multifuncional e a grandiosidade desta praça, repleta de pessoas de todos os estratos sociais, tendo como cenário de fundo o Paço Real. Na pintura estará retratada a chegada de D. Francisco de Mello e Torres, embaixador extraordinário de Portugal em Londres, que acordou o Tratado de Whitehall (1661) e ultimou as negociações para o casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra; a própria noiva, passeando com sua mãe, D. Luísa de Gusmão e uma dama de companhia, enquanto, junto ao rio, se procede ao embarque do dote da infanta. Aliás, é de Stoop o retrato de D. Catarina, pintado em 1661, que foi enviado para Londres no âmbito das negociações para o enlace, bem como a ilustração, em sete estampas, da viagem da infanta para Inglaterra, desde Lisboa até à sua chegada a Hampton Court, que o artista acompanhou, tendo por lá ficado até 1678, ano em que retornou aos Países Baixos.

Sobre a tela a óleo da Academia das Ciências de Lisboa pouco se sabe. Está inventariada como sendo da Escola Portuguesa e da primeira metade do século XVIII e pertenceu anteriormente ao Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa, que depois da extinção das ordens religiosas (1834) foi ocupado pela Academia⁽⁵⁴⁾. Tal como a obra de Stoop é uma espécie de janela para o que se passou, retratando a batalha também com precisão, mas com um outro brilho pela diferente técnica utilizada e coloração, o que, aliás, a distingue das outras duas monocromáticas.

2. A Difusão da Propaganda e a Construção da Memória

A escolha de gente ilustre — como Stoop, Santa Colomba, António Bacelar e, num contexto diferente e com outro propósito, do conde da Ericeira — para relatar acontecimentos dignos de difusão e memória revela bem o empenho posto nesta tarefa pela Casa Real e outros mecenas para dela obterem proveitos

53. Veja-se, respetivamente: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_Sheepshanks-3111 e <https://artsandculture.google.com/asset/slag-tussen-spanje-en-portugal/jgEF93VsCJnFfg>.

54. PT / ACL / ACL / L-A / 002/000016.

reputacionais.

Este processo propagandístico e de esteio para a construção da memória não é único para o Feito das Linhas de Elvas, nem sequer para a realidade peninsular; pelo contrário é comum na Europa na época em análise, tendo, mesmo, longínquos antecedentes que remontam à Antiguidade Clássica, a qual serve de inspiração aos cronistas seiscentistas, sendo estes, por vezes, comparados a próceres clássicos: Manuel de Faria e Sousa seria o *Lívio português* e o conde da Ericeira teria a maestria de Cícero⁽⁵⁵⁾. Segundo Kleber Clementino, que investigou como na Época Moderna, no contexto da chamada Guerra Holandesa⁽⁵⁶⁾, os acontecimentos foram noticiados e se construiu a sua memória, também nesta época há um «forte legado, menos visível, sem dúvida, porém presente, da escrita da história medieval»⁽⁵⁷⁾. Lembrando os escritos de episódios político-militares já produzidos nos séculos anteriores por Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina, que reunindo informações dispersas e organizando-as num enredo coeso, cronológico e encomiástico, registaram os Feitos dos reis portugueses⁽⁵⁸⁾.

Além desta literatura ao serviço da realeza, também outros cronistas serviram grandes casas nobres e as cidades em ascensão, propagando as suas ações políticas «na continuação da tradição da *Crónica do Condestabre*, da história municipal e das pretensões representacionais das elites lusitanas, castelhanas e aragonesas»⁽⁵⁹⁾.

Quer os Bragança, quer os Meneses tiveram necessidade de se afirmar. Os primeiros para legitimar a sua ascensão ao trono e dinastia, tanto internamente para silenciar opositores, como externamente perante as demais casas reais, em particular a castelhana. Os segundos para deixar boa memória dos seus triunfos marciais e dedicação à causa independentista, primeiro e importante passo para a desejada obtenção futura de benesses, títulos e cargos, dos primeiros e, depois destas obtidas, justificação perante terceiros. Não admira, pois, a proliferação de obras encomiásticas e de grande número das denominadas relações dos sucessos durante a Guerra da Restauração e que entre os seus maiores mecenas estejam a Casa Real e D. António Luís de Meneses, que tiveram, como vimos, o conde da Ericeira e António Bacelar como seus principais agentes⁽⁶⁰⁾. E são do

55. CLEMENTINO, Kleber – A Narrativa como Combate: a Escrita da História da Guerra Holandesa no Século XVII. Recife: Editora UFPE, 2022, p. 27.

56. Guerra travada, em diferentes pontos do império português (Angola, Brasil e Ásia), entre Portugal e forças das companhias holandesas das Índias Ocidentais e Orientais, que haviam ocupado territórios ultramarinos durante a União Ibérica. Antecede e decorre também em simultâneo com a Guerra da Restauração.

57. CLEMENTINO, Kleber, *ibidem*.

58. *Ibidem*, p. 43-44.

59. *Ibidem*, p. 45.

60. O programa encomiástico de D. António Luís de Meneses incluiu não só narrativas históricas, mas também poemas e orações e outros agentes como Fernando Correia de Lacerda e membros da “Academia dos Singulares”. Veja-se BEBIANO, Rui – A Pena de Marte: Escrita da Guerra em Portugal e na Europa (Sécs. XVI-XVIII). Coimbra: Edições

conde as palavras que aqui transcrevemos e evidenciam bem essa necessidade de afirmação perante o mundo e quão importante era propagandar as vitórias obtidas na guerra:

...quanto mais os castelhanos haviam encarecido o tempo que durou o sítio [o de Elvas], nas gazetas e manifestos que publicaram a certeza das suas felicidades na confiança do nosso último aperto, tanto foi mais forçosa a sentença, que [os portugueses] deram contra o poder daquela monarquia [a castelhana], mostrando ao mundo que o menos vigoroso das forças de Portugal, diminuídas pelo efeitos de um contágio, bastava para desbaratá-lo. (...) Os príncipes aliados, argumentando das circunstâncias da vitória o valor dos portugueses, e o resolutivo empenho com que determinavam defender a sua liberdade, trataram de ajustar novas alianças e por conclusão esta vitória [das Linhas de Elvas] foi o seguro fundamento da conservação de Portugal.⁽⁶¹⁾

A estas necessidades de afirmação e justificação juntou-se também a de informar uma sociedade cada vez mais ávida por notícias da guerra, até porque nela se decidia a preservação da independência nacional, numa época em que o desenvolvimento da imprensa, pelo crescimento do número dos livreiros e tipógrafos, permitia uma maior e mais fácil difusão da informação. Como conta Kleber Clementino proliferaram folhas volantes, opúsculos e fólhos com breves ou extensos relatos, de dezenas de autores, anónimos e célebres, até muito tempo depois do cessar-fogo⁽⁶²⁾. Cedo surgiu o periódico *A Gazeta*⁽⁶³⁾ que, com poucas interrupções, entre novembro de 1641 até pelo menos setembro de 1647, foi publicada para informar mensalmente sobre acontecimentos da Corte, do reino e do estrangeiro e, em especial, da guerra, procurando «em termos de opinião, o lançamento de uma dinâmica vitoriosa»⁽⁶⁴⁾. Havendo quem atribua ao próprio rei D. João IV a autoria dos textos e ao cronista-mor, Frei António Brandão, a sua redação⁽⁶⁵⁾. E bastante mais tarde, este periódico foi depois continuado por outro, entre 1663 e 1664⁽⁶⁶⁾, embora de forma mais elaborada, o *Mercurio Portuguez*, sob a direção de António de Sousa Macedo, secretário de Estado do rei D. Afonso VI, para servir de contrapeso às patranhas sem fundamento castelhanas, embora depois se exagerasse o número de mortos inimigo e se amplificasse as atrocidades

Minerva, 2000, pp. 286-293 e CLEMENTINO, Kleber, *ibidem*, p. 349.

61. ERICEIRA, 3.º conde da, p. 215.

62. CLEMENTINO, Kleber, *ibidem*, p. 21.

63. *Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas, Que Ouve Nesta Corte, e Que Vieram de Várias Partes*, que ficou mais conhecida por *Gazeta da Restauração*.

64. BEBIANO, Rui – O Espelho de Marte, ou a Guerra como Imagem. *Revista de História das Ideias*, vol. 15 (1993), p. 96.

65. *Ibidem*.

66. A publicação durou ainda mais dois anos, embora sem autoria.

por ele cometidas, enquanto se minimizava as nossas perdas e se relativizava a grandeza e força castelhanas⁽⁶⁷⁾.

Mas é sobre as relações, por vezes também intituladas de notícias, manifestos, novas ou cartas, que o nosso enfoque recai neste texto. Aliás, este género literário é aquele que foi mais usado durante a guerra e logo desde o seu início. Rui Bebiano, que as contabilizou num estudo, encontrou referência no *Diccionario Bibliographico Militar Portuguez*, de Martins de Carvalho, a 175 desses opúsculos, muitos anónimos (65) e um grande número impressos no estrangeiro (80), e na obra *Elementos Bibliográficos*, de Martinho da Fonseca, a 136 escritos de autor conhecido⁽⁶⁸⁾.

Para cada batalha, cerco ou outro evento digno de relato existe uma relação que o narra de forma breve, sobretudo para o celebrar e, recorrendo à retórica, deleitar e convencer o leitor sobre os factos passados, sem grande preocupação quanto à sua exatidão e prova da informação ou crítica das fontes donde ela veio. Atitude compreensível pela pouca distância temporal do sucedido, motivada pela pressa em propagandear o evento próximo, dominada mais pela emoção do que pela razão, mas também porque ao narrador competia relatar e não historiar de acordo com a moderna aceção da palavra e da metodologia histórica. Segundo Bebiano, nas relações «repousa toda uma visão parcial e otimista da guerra, que sublinha a maldade do inimigo, a sua ineficácia a desrazão do seu comportamento, que exagera o valor dos movimentos do exército português, que mostra a heroicidade dos seus chefes e a grandeza do seu soberano»⁽⁶⁹⁾. Em suma, às relações competia-lhes reportar o tempo recente para satisfazer fins políticos imediatos, mas também com elas começava-se a construir a memória do acontecimento.

Importa, ainda, referir que as relações estão intimamente associadas ao “culto da vitória”, fazendo dele parte e contribuindo para a visibilidade e festejo do Feito bélico, para o qual também concorrem diversas outras artes, como a poesia, escultura, pintura ou gravura (estas duas últimas igualmente presentes na celebração do sucesso nas Linhas de Elvas), que além da materialização explícita do triunfo têm também implícito um elevado valor simbólico e imaterial, o da edificação da reputação do reino e daqueles que o serviam, no tempo então vivido e para o futuro⁽⁷⁰⁾.

Numa segunda fase, como vimos, quando a dimensão do evento e o interesse por ele o justificasse e já na posse de mais elementos, a narrativa era retomada,

67. BEBIANO, Rui, pp. 96-97.

68. BEBIANO, Rui – Literatura Militar da Restauração. Penélope, Fazer e Desfazer História, n.º 9/10 (1993), p. 92.

69. Ibidem.

70. Veja-se DORÉ, Andréa, ibidem.

num formato mais longo, esmerado e erudito na linguagem, com maior detalhe e rigor nos factos contados. Passando nesse momento, a relação a um novo nível, ao da relação dita historial. Diferenciando-se da sua predecessora por esse registo mais minucioso, resultante de um tempo maior para a sua execução que permitia a recolha de depoimentos orais e a consulta de relatórios oficiais; pela sua redação por outros autores mais versados; pela ampliação da perspetiva com que o episódio particular é enquadrado num contexto mais vasto; e, não menos importante, por aparecer em livro, o que nem sempre sucedia com as primeiras relações, o que passava a quase garantir a sua perenidade. Não raras vezes, as relações historiais introduziam modificações às primeiras narrativas do evento, destacando uns episódios e atores em detrimento doutros⁽⁷¹⁾.

Escrito após escrito e assente no trabalho de vários autores assim se foi formando a narrativa do acontecimento de que a *Historia de Portugal Restaurado*, do conde da Ericeira, é um símbolo, mas não um remate; como o comprovam as várias outras narrativas que lhe são posteriores, bem mais recentes, que também nos dão um retrato da batalha das Linhas de Elvas, pela pena de novos autores, que, tal como aqueles que os precederam, dão continuidade a esta construção da memória, nunca definitivamente encerrada, com a introdução de novos elementos e recurso a novas abordagens e, obviamente, uma maior isenção e rigor⁽⁷²⁾.

Fontes

Academia das Ciências de Lisboa

Inventário: ACL-PIN-0063. Pintura da batalha das Linhas de Elvas.

PT / ACL / ACL / L-A / 002/000016. Inventário das peças artísticas do Museu Maynense pertencente à Academia das Ciências de Lisboa, em dependência do extinto Convento [de] Nossa Senhora de Jesus.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

PT / TT / MF-DGFP / E/001 / 00210. Ministério das Finanças, Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa, cx. 2226. Inventário de extinção do Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa.

71. CLEMENTINO, Kleber, *ibidem*, pp. 68-69.

72. Como, por exemplo, António Paulo Duarte que na sua obra *Linhas de Elvas 1659. Prova de Força*, na 2.ª edição revista e aumentada, publicada em 2006, apresenta uma inventariação dos autores e bibliografia essenciais sobre esta batalha. Ver pp. 94-97.

Biblioteca Nacional de Espanha

MSS / 2386 (H.95R.-96V.). *Relacion en que se da cuenta de todo lo sucedido al exercito de su magestad (que Dios guarde) gouernado por el excelentissimo señor D. Luis Mendez de Haro, desde diez y seis de octubre deste presente año de 1658, que salió de la ciudad de Badajoz, para el sitio, y campaña de Yelves, hasta 27. de dicho mês.* Disponível online em <https://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000255357&page=1>

MSS / 2387. *Sucesos de los años 1659 y 1660.* (parte da Extremadura). Disponível online em <https://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000134463&page=1>

MSS / 12026 (H.102R.-105V.). *Razonamiento que hizo el deán de Evora, al ejército de Portugal, hallándose en Extremoz, para introducir el socorro a la ciudad de Elvas, sitiada por el castellano a 12 de henero de 1659.* Disponível online em <https://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000266963&page=1>

Biblioteca Nacional de Portugal

Arquivo Reservados / C.O. - cx. 28A — Memória sobre a vida e obra do pintor e gravador holandês Dirk Stoop (1610-1686), escrita pelo príncipe consorte de Portugal D. Fernando II; segundo nota do Marquês de Sousa Holstein, os apontamentos ter-lhe-iam sido entregues pelo próprio autor, em 9 de dezembro de 1864, para que os mandasse publicar. Disponível online <https://purl.pt/40447>

E. 1090 V. COLOMBA, Pedro Santa — *Vestigium sive effigies urbis Helviae...* Lisboa: Oficina de António Craesbeeck, 1662. Disponível online em <https://purl.pt/4410>

E. 648 A. STOOPT, Dirk — Praça de Elvas sitiada pelo exército castelhano e levantamento do sítio à força das armas portuguesas em 14 Janeiro 1659. Disponível online em <https://purl.pt/11703>.

H.G. 15011//4 P. JANTILLET, Alexius Collotes de — *Helvia Obsidione Liberata...* Lisboa: Oficina de António Craesbeeck, 1662. Disponível online em <https://purl.pt/13849>

Res. 1659//1 V. [BACELAR, António] — *Relaçam da Vitoria que Alcançaram as Armas do muyto Alto, e Poderoso Rey D. Affonso VI em 14 de Janeiro de 1659. Contra as de Castella, que Tinham sitiado a Praça d'Elvas: indo por General do Exercito de Portugal o Conde de Cantanhede Dom Antonio Luis de Menezes, do Conselho de Estado, Guerra, Veedor da Fazenda, etc.* Lisboa: Oficina de António Craesbeeck, 1659. Disponível online em <https://purl.pt/35044>

Res. 96 16 V. ou Res. 1559//10 P. [BACELAR, António] — *Relaçam diaria do sitio, e tomada da forte praça do Recife, recuperação das Capitánias de Itamaraca, Paraíba,*

Rio Grande, Ciará, & Ilha de Fernão de Noronha, por Francisco Barreto, Mestre de Campo General do Eftado do Brafil, & Governador de Pernambuco. Lisboa: Oficina Craesbeeckiana, 1654. Disponível online em <http://purl.pt/12078>

HG-1968-A_2. ERICEIRA, 3.º conde da — *Historia de Portugal Restaurado.* Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, tomo II, 1698. Disponível online em <https://purl.pt/22311>

Bibliografia

BEBIANO, Rui — *A Pena de Marte: Escrita da Guerra em Portugal e na europa (Sécs. XVI-XVIII).* Coimbra: Edições Minerva, 2000.

_____ — “Literatura Militar da Restauração”. In *Penélope, Fazer e Desfazer História*, n.º 9/10 (1993).

_____ — “O Espelho de Marte, ou a Guerra como Imagem”. In *Revista de História das Ideias*, vol. 15 (1993).

CLEMENTINO, Kleber — *A Narrativa como Combate: a Escrita da História da Guerra Holandesa no Século XVII.* Recife: Editora UFPE, 2022.

CRUZ, António — *Portugal Restaurado. Estudos e Documentos.* Porto: Livraria Civilização, 1940.

DIAS, Eurico Gomes — *Gazetas da Restauração [1641-1648]: uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita).* Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros / Instituto Diplomático. 2006.

Dicionário Cronológico de Autores Portugueses, vol. I, Lisboa, 1989.

DORÉ, Andréa — “Relações de Sucessos Como Elementos da Cultura da Vitória na Restauração Portuguesa. Talia Dixit”. *Revista Interdisciplinar de Retórica e Historiografia*, n.º 6 (outubro 2011).

DÓRIA, António Álvaro — “Prefácio”. In *Conde da Ericeira, História de Portugal Restaurado*, vol. I, nova edição. Porto: Livraria Civilização (Biblioteca Histórica, Série Régia), 1945.

DUARTE, António Paulo — *Linhas de Elvas – 1659: Prova de Força.* Lisboa: Tribuna da História, 2.ª edição, 2006.

DUARTE, António Paulo David Silva — “Para uma Tipologia da Guerra no Século XVII – A Batalha das Linhas de Elvas”. In *Revista Militar*, n.º 2451 (abril de 2006), pp. 285-306.

FERREIRA, Nuno – *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, 2009.

MATOS, Gastão de Melo – “As notas do licenciado Luís Crispim e outras relações da Aclamação”. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, vol. XV, 1942.

NEVES, Álvaro – “Notícia dos Quadros e Esculturas existentes na Academia das Ciências de Lisboa em 1834 e em 1917”. In *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. XI, fasc. 1, 1917.

NUNES, António Lopes Pires – *Dicionário Temático de Arquitetura Militar e Arte de Fortificar*. Lisboa: Direção do Serviço Histórico Militar. 1991.

PEREIRA, João Manuel Esteves, e RODRIGUES, Guilherme – Portugal: Dicionário Histórico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artístico, vol. II, 1906.

SILVA, Inocência da – *Dicionário Bibliographico*, vol. I.

SOBRAL, Luís de Moura – *Pintura e Poesia na Época Barroca*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

VARANDA, Lúcia de Melo – *D. António Luís de Meneses, 1.º Marquês de Marialva: O Militar e o Político*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, dissertação de mestrado em História, na área de especialização em Época Moderna, 2013.

VIEIRA, António – “Sermão pelo Bom Sucesso das nossas Armas. Pregado no ano de 1645, na capela Real, com o Santíssimo Sacramento exposto, tendo El-Rei D. João IV passando a Alentejo”. In *Obras Escolhidas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, vol. X, Sermões (I), 229, 1954.

Endereços online

The British Museum

https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_Sheepshanks-3111

Rijksmuseum

<https://artsandculture.google.com/asset/slag-tussen-spanje-en-portugal/jgEF93VsCJnFfg>

JOÃO MOREIRA TAVARES

Licenciado em História e Mestre em História dos Séculos XIX e XX (Secção do Século XX) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É Técnico Superior e membro Efetivo do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar. É autor de *A Indústria Militar Portuguesa no Tempo da Guerra (1961/74)* e tem publicado vários artigos nomeadamente no âmbito da indústria de defesa nacional e das fontes primárias militares.



Como citar este texto:

TAVARES, João Moreira – Linhas de Elvas (1659): Propaganda e Memória Revista Portuguesa de História Militar – Dossier: Restauração Portuguesa (1640-1668). [Em linha] Ano V, nº 8 (2025); <https://doi.org/10.56092/UDVF6452> [Consultado em ...].